

Víctor Pérez-Díaz: *Sueño y Razón de América Latina*. Madrid: Taurus 2005. 278 páginas.

Nesse livro Víctor Pérez-Díaz enfatiza vários aspectos históricos, sociais e políticos comuns aos países do continente e outros aspectos específicos de um ou mais países da América Latina. No percurso acidentado de se tentar analisar a América Latina como uma unidade homogênea, quando o cotidiano e a história recente desses países são muito diferentes, o autor se sai muito bem. Apoiado em dados estatísticos de pesquisas de opinião e de agências internacionais, como por exemplo o PNUD, assim como em ampla bibliografia especializada produzida no continente e por pesquisadores externos de renomada reputação, Víctor Pérez-Díaz, analisa principalmente o processo de democratização ocorrido na América Latina nas últimas décadas do século XX, quando vários países saíram das ditaduras militares. O autor enfatiza os caminhos que o continente tem buscado para implementar uma economia de mercado, um sistema político democrático no qual as instituições funcionem, e a organização da sociedade civil através de organizações sociais, cívicas, sem fins eleitorais. Pautado na tradição política liberal o autor procura enfatizar os movimentos e processos que indicam que o continente caminha em direção do que ele chama de “sociedade aberta”. É este movimento que está relacionado com a “razão”, presente no título do livro. Contrapondo a razão advinda da e com a sociedade aberta, estão os “sonhos” das tentativas políticas de esquerda que marcaram a América Latina. O papel das esquerdas é amplamente analisado, assim como o papel da Igreja Católica, na

sua vertente marcada pela Teologia da Libertação. Esse capítulo é um dos mais emblemáticos do livro, pela sua análise fria e correta dos fatos. É também um dos capítulos mais provocadores e aqueles que compartilham das propostas e pensamento de esquerda pautado na herança dos regimes totalitários, dos quais Cuba é o exemplo mais conhecido e ainda vigente, embora não seja esse país a única referência dessa esquerda histórica e desarticulada com o fim da Guerra Fria e do desmantelamento do império soviético.

Em determinada passagem o autor afirma que sua análise é “desde arriba”, e para um leitor latino-americano, essa afirmativa com aspas, pode parecer verdadeira e não apenas uma expressão bem humorada. Se esse leitor for um simpatizante ou militante dos ideais da esquerda a posição “desde arriba” de Víctor Pérez-Díaz possivelmente ficará mais evidente. O autor critica parte da elite econômica e cultural do continente, voltada para a manutenção dos seus próprios interesses e uma intelectualidade de esquerda (em muitos casos originada da própria elite econômica e cultural), com seus maniqueísmos e discursos vazios e distantes dos interesses populares. Essas análises são as que dão maior unidade à arriscada tentativa de se analisar qualquer tema relacionado à América Latina, como sendo características de um bloco comum, unitário e homogêneo. Já observei que entre as fontes do autor, encontram-se alguns dos mais influentes e conceituados pesquisadores latino-americanos, mas não deixa de ser constrangedor que para analisar alguns dos fatos ocorridos nos anos 1990 e o “ideário” de agentes políticos e atores sociais, Víctor Pérez-Díaz recorra a imagens caricatas oferecidas por uma jornalista (Alma Guillermoprieto). Esse des-

lize não compromete o livro, mas alimenta um imaginário exótico da esquerda latino-americana, imaginário esse que serve como um nada sutil argumento para colocar essa perspectiva política do lado do “sonho” (ou ele queria dizer irracionalismo?).

Na sua tentativa de enriquecer o argumento de que o continente caminha para a “sociedade aberta”, portanto em direção à razão, o autor não aborda aspectos importantes e significativos do pensamento político latino-americano das últimas décadas como o Movimento Zapatista no México, a origem do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, a influência de Hugo Chavez patrocinada pelo petróleo, a chegada ao poder de Lula e do PT como um partido completamente descaracterizado dos seus fundamentos básicos, ou ainda as disputas internas e camufladas pelo poder em Cuba.

O autor observa que a esquerda no continente se tornou mais moderada e até mais civilizada. Será porque essa esquerda se rendeu aos “imperativos” e “realismos”? Não deixa de ser surpreendente, que o autor não explicita que um pensamento de esquerda, democrático e radical, embora minoritário, encontre-se em pleno vigor e que não considera que as diretrizes estabelecidas em agências internacionais, em governos poderosos e conglomerados econômicos, situados “desde arriba” possam ser alternativas concretas para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político do continente. Ao nos ver como mais racionais, em busca da sociedade aberta, ou mais “civilizados” e menos sonhadores, Víctor Pérez-Díaz deixa escapar a possibilidade de entender como legítimo, o empenho de milhares de pessoas na construção de uma sociedade efetivamente livre, justa, independente e democrática.

Marcos Reigota

Rodrigo Gutiérrez Viñuales: *Monumento conmemorativo y espacio público en Iberoamérica*. Madrid: Ediciones Cátedra 2004. 798 páginas.

Publicado en formato de bolsillo en la colección “Cuadernos Arte Cátedra”, este voluminoso tomo sobre el monumento conmemorativo en América Latina del historiador de arte Rodrigo Gutiérrez Viñuales llena un relevante hueco en la bibliografía sobre las artes plásticas en el mundo iberoamericano. Y como la obra de Carlos Reyero sobre la escultura pública en España, publicada hace algunos años en la misma colección, Gutiérrez Viñuales ha reunido una infinita cantidad de datos e informaciones extraídos de propias investigaciones y de una amplia bibliografía sobre el tema, ofreciendo así una visión global del fenómeno en el subcontinente americano durante su momento álgido, los años entre 1890 y 1940. A diferencia del trabajo de Reyero, esta obra está dividida en dos grandes bloques temáticos. La primera parte trata de lo que Gutiérrez Viñuales llama “aspectos primordiales” del análisis de la estatuaría que son por ejemplo la evolución estética de la escultura iberoamericana, el lugar del monumento en el urbanismo moderno, los procesos de planificación y construcción, las funciones sociales del monumento y el origen y la trayectoria de sus escultores. En lo que a estos últimos se refiere, resulta interesante la gran presencia de artistas europeos, y especialmente italianos, lo que se debía entre otras cosas a la tradición escultórica en este país y al excedente de escultores que en el continente americano solían encontrar condiciones muy favorables. Y con estas importaciones se importaban también materiales de construcción —mármoles y partes fundidas de bronce— así como las formas estéticas que estaban en boga en la Europa del momento.

El ingrediente autóctono de la estatuaría iberoamericana son, ciertamente, sus contenidos, a cuyo estudio está dedicada la segunda parte de la obra. Gutiérrez Viñuales identifica básicamente cinco categorías temáticas que permiten ordenar la gran mayoría de la estatuaría iberoamericana: el descubrimiento y la conquista, la tradición precolombina, la independencia y sus héroes, los hechos conmemorables del siglo XIX y el reflejo del realismo y del costumbrismo sociales. Ahora bien, si se quiere leer la estatuaría como un hecho social y como el reflejo de luchas identitarias, resulta dudoso que esta aproximación sistemática ayude mucho a aclarar significados sociales y repercusiones concretas. Pero también es verdad que el valor de una obra de síntesis reside ante todo en esbozar las líneas fundamentales del fenómeno en cuestión. Y no cabe duda que el libro de Gutiérrez Viñuales cumple sobremedida con esta misión, ofreciendo—además de un extenso espectro temático—una amplia bibliografía de títulos en cinco lenguas así como más de 150 fotografías e imágenes en blanco y negro que redondean este imponente panorama de la estatuaría iberoamericana.

Sören Brinkmann

José Rafael Lovera: *Food Culture in South America*. London: Greenwood Press 2005. 184 páginas.

In examining the attitude of people to their food, this book, as indicated in the series foreword by editor Ken Albala, intends to provide one of the best approaches to understand a culture. The main aim of the author, as expressed in his acknowledgement, is to spread South American Food Culture in the United

States. The book is structured by a pattern of chapters that has been given to the whole series (*Food Culture around the World*) and contains a timeline, a glossary, a research guide, and an index.

In the first chapter, a Historical Overview, the author explores the mixing up of indigenous food culture with the European, African and Asian influences that enriched the menu of this continent in the course of time. The following chapter on Major Foods and Ingredients mentions the origin of many a plant or animal that could be dined on in South America nowadays, often giving an etymological explanation of its name. Notwithstanding, the ascertainment “However, *peanut* is a Taino word, thus of West Indian origin” (p. 70) proves to be an error, that could be due to a translation of the Taino word *mani* by translator Ainoa Larrauri. Unfortunately, there are several inaccuracies regarding the pre-Columbian cultures in this book. In the following chapter about Cooking, the author, himself director of the *Centro de Estudios Gastronómicos* of Caracas, shows his main interest in the Haute Cuisine of South America. He traces its development from the employment of French chefs at the vice regal court kitchens, over the appearance of the first national cookbooks in the middle of the 19th century, to the general cooking culture boom since the 1980’s. The possibilities for the exotic cuisine of young South American chefs in the United States are seen optimistically. In the next chapter on Typical Meals, those interested in cooking will find a variety of appealing recipes. Lamentable, the following Eating Out chapter reads as an unspecific tourist guide advising against unhygienic street food. The chapter on Special Occasions turns out to be a hasty survey on traditional Easter and Christmas Meals, while under the misnamed subtitle “Private Parties” the author

deals with passage rites like birth, marriage and death and their culinary celebration. The last chapter on Diet and Health deals with nutritional facts and hygiene, but resembles mainly Josue de Castros' works on the matter.

Scholars will miss in this work any comprehensive approach that might lead to a deeper understanding of South American Food culture, and those interested in cooking and eating only might be bored to read such a sophisticated and poorly illustrated book. This piece is a stew with everything in reach of the cook in it. Whether it offers an appropriate recipe to spread South American food culture remains a matter of taste.

Lasse Hölck

Eric Patterson: *Latin America's Neo-Reformation. Religion's Influence On Contemporary Politics.* New York/London: Routledge 2005. 187 páginas.

Hace tiempo el crecimiento de los *protestantismos* en América Latina ha llamado la atención de los investigadores. Recuerdo a David Stoll, *Is Latin America Turning Protestant?* (University of California Press 1990).

Patterson parte de la observación de que en las tres pasadas décadas, en Brasil, Chile y México, aproximadamente diez millones de católicos han salido de su iglesia para adherirse a iglesias pentecostales. El autor ve en este movimiento de masas un paralelo a la Reforma del siglo XVI en Europa y pregunta: "¿Será que esta *neo-Reformation* introducirá democracia funcional en la región?" A primera vista esta pregunta no parece muy lógica, porque la Reforma fue básicamente un movimiento religioso y teológico y no político.

Pero tiene su razón de ser en cuanto se refiere al reconocimiento que los fenómenos religiosos pueden tener consecuencias políticas.

La investigación es sociológica y aplica métodos cuantitativos basándose en datos del *Latinobarómetro* para los años 1990, 1995, 2000 y 2001 así como en otras encuestas todavía bastante escasas. El trabajo se limita a tres países: Brasil, Chile y México, selección que parece representativa para América Latina. Estos países son ejemplos de la conquista ibérica, de un catolicismo impuesto y de culturas católicas duraderas. Las particularidades del Brasil dentro de la Iglesia católica son la fuerza de la Teología de la Liberación y de las comunidades eclesiales de base (CEBs) en los años ochenta y el reavivamiento carismático a principios de la década de los noventa. La Iglesia católica se ve desafiada por dos lados: por los movimientos afro-brasileños y por las diversas iglesias protestantes. El país alberga un 60% de los protestantes de América Latina y entre ellos algunas de las más fuertes congregaciones pentecostales del mundo.

Chile es la cuna del pentecostalismo latinoamericano, investigado a partir de los años sesenta (Willems y Lalive d'Espina, 1967). Chile se encuentra entre los tres países de mayor afiliación protestante del subcontinente, con un crecimiento considerable. Contrastando con Brasil y México, su catolicismo parece ambivalente. Aunque la gran mayoría de la población se considera católica, no va a misa y no se entiende como devota. La influencia del catolicismo a través de partidos políticos como la democracia cristiana o a través de ligaciones informales de clérigos con regímenes políticos siempre ha sido considerable, también en cuanto al soporte inicial del régimen de Pinochet. Aquí el autor olvida mencionar la adhesión de la

enorme mayoría de los protestantes a la dictadura militar. Solamente partes del clero eran atraídos por temas del Vaticano II y de la Teología de la Liberación. Las CEBs y otros proyectos de liberación no han proliferado mucho.

México puede vanagloriarse de la población católica más devota del continente y del santuario más visitado de América, el de la Virgen de Guadalupe. Aunque la Revolución Mexicana llevó consigo persecuciones religiosas y una amplia supresión de la influencia social y política de la jerarquía, parece haber fortalecido el catolicismo. México ha resistido más a la incursión del protestantismo, permaneciendo abajo del 10%, quizás a causa de su conexión con los EE. UU.

Para describir el catolicismo, Patterson adopta el *modelo de cristiandad* de Thomas Bruneau (pp. 13 ss., olvidándose de citar la obra en la bibliografía, de indicar las páginas y errando con el año de 1981, ya que se trata de *The Church in Brasil*, University of Texas Press, 1982, pp. 12 ss.). El término *modelo de cristiandad* fue utilizado ya mucho antes por Enrique Dussel y también por el crítico en su *Historia del Cristianismo en América Latina* (1978/1985). Con el *modelo de cristiandad* que se refiere al monopolio de organización eclesiástica, del dogma y de la teología, del patronato de la Corona y de la intrínseca unión entre Iglesia y sociedad explica la durabilidad del catolicismo que apenas se debilitó por los desafíos del liberalismo con sus reformas que llegaron hasta la separación de Estado e Iglesia, del positivismo y del naciente protestantismo. Ni aun la escasez de sacerdotes, la Teología de la Liberación y las CEBs como desafíos internos han podido sacudir la organización eclesiástica.

Es tanto más sorprendente que el protestantismo, que en 1960 apenas comprendía el 2-3 % de la población latinoame-

ricana (en Brasil y Chile menos del 5%), en 2000 en muchos países ya contó con al menos un 20% de la población. Como el 75-90% de los protestantes se definen como pentecostales el autor dedica su investigación a ellos, dejando la costumbre de muchos católicos y sociólogos de denominarles como sectas, término que reserva para grupos que pasan los límites de la ortodoxia como mormones, testigos de Jehová y adventistas del séptimo-día. Con el término *neo-Reformation* se refiere a la acelerada penetración del protestantismo pentecostal en el subcontinente. Explica su éxito menos con las hipótesis del imperialismo cultural de los EE. UU. o de la modernización ligada con el protestantismo que con su mejor oferta de los bienes espirituales con sus cultos que ofrecen participación de los asistentes, música popular, oraciones entusiásticas y predicadores del lugar mismo.

La conversión obedece a necesidades espirituales y puede ser estimulada por beneficios materiales. Representantes católicos de la Teología de la Liberación con su acento en los derechos humanos y la solución de problemas materiales posiblemente han descuidado necesidades espirituales de las congregaciones.

Los observadores están argumentando que existen diferencias significativas entre las actitudes y prácticas religiosas de católicos y pentecostales así que se supone que hay también diferencias entre actitudes democráticas y participación política. El autor informa bien acerca de las diferentes teorías de los investigadores al respecto (cap. 3) y después discute las hipótesis para los casos concretos de Brasil, Chile y México (cap. 4-6) y los compara con datos cuantitativos de encuestas relacionándolos con la situación sociopolítica en los tres países durante los años noventa. Resultan pocas diferencias entre católicos y protestantes en general pero diferencias signifi-

ficativas entre cristianos de diferente intensidad y actividad religiosa. Su preferencia por sistemas democráticos es influenciada mucho por la situación socio-económica de su respectivo país. Los resultados detallados no pueden citarse aquí.

El bien documentado trabajo con su rica bibliografía es una advertencia para cuidarse de tiros cortos en cuanto a juicios sobre procesos religiosos.

Hans-Jürgen Prien

Jörg Faust/Manfred Mols/ Won-Ho Kim (eds.): *Latin America and East Asia – Attempts at Diversification. New Patterns of Power, Interest and Cooperation.* New Brunswick/Münster: Transaction Publisher/Lit Verlag 2005. 233 páginas.

This volume edited by political scientists from the university of Maguncia and the Korea Institute for International Economic Policy assembles important contributions on both the inter-regional and bilateral dimension. Its focus is on the increasing interdependence within the Pacific Rim since the end of the 1980s.

Over the last forty years, Latin America and East Asia are the two regions most credited with a potential for high economic growth and successful integration into world economy. In the end, it was East Asia which was much more successful. The East Asian financial crisis of 1997 demonstrated however that Asian states are not invulnerable to regression.

In general, the overall priority for both regions remained and remains the development of economical and political ties with the United States and the European Union. However, in both regions, subregional arrangements and organisations

have emerged as well as a few inter-regional organisations such as the Asian-Pacific Economic Cooperation (APEC) and the East Asian Latin American Cooperation Forum (EALACF). Regions also differ regarding regional great powers. Whereas for East Asia, Russia, China and the United States are of central importance, in Latin America the United States is traditionally the overwhelming power with some limited influence of the European Union and more recently an emerging role for the People's Republic of China.

Contributions on the intraregional dimension are addressing East Asian Regionalism (Alfredo C. Robles), multi-lateral co-operation between Latin America and East Asia (Manfred Wilhelmy/Stefanie Mann), South East Asia and Latin America (Jörn Dorsch), with an introduction to the volume by Jörg Faust and Manfred Mols. Regarding bilateral relations one group of authors looks from the perspective of Argentina, Brazil, Chile, Peru and Mexico at Asia and the Pacific. A second group of contributions takes China, Japan and Korea as a point of departure and analyses their relationship towards Latin America.

In the concluding chapter, co-editor Manfred Mols stresses in his cautious assessment that “one sees less an inter-regional rapprochement between Latin America and Asia which has developed only in sporadic terms due to the lack of a clear regional institutionalisation and representation on both sides” (p. 210). Rather, as dynamic factors he sees at work economic networks, “epistemic communities” and a type of “Asia Pacific Diplomacy” (borrowing this term from Canadian political scientist Lawrence T. Woods).

Wolfgang S. Heinz

Christian Büschges/Frédérique Langue (coords.): *Excluír para ser, procesos identitarios y fronteras sociales en la América hispánica (XVII-XVIII)*. Madrid/Frankfurt/M.: Iberoamericana/Veruert (Estudios AHILA de Historia Latinoamericana, 1) 2005. 173 páginas.

Este libro reúne las ponencias presentadas durante el último congreso de la asociación europea de historiadores latinoamericanistas, AHILA, alrededor del tema que le da título. El volumen se abre con un texto firmado conjuntamente por los dos coordinadores, en el que estos conocidos historiadores exponen los ejes de su reflexión colectiva y la sitúan relativamente a la producción, hasta la fecha importante, sobre las élites hispanoamericanas coloniales. Las dos primeras contribuciones del libro (Bernd Hausberger, “La guerra de los vicuñas contra los vascongados en Potosí y la etnicización de los vascos a principios de la edad moderna”, y Michel Bertrand : “El cabildo colonial: un espace d’exclusion ou d’intégration sociale”) analizan la relación entre dos ejes definitorios de la condición de unas élites secundarias: la identidad étnica y los intereses económicos. El primero muestra la etnicización de un conflicto de carácter más complejo, en el cual la etnicidad sirve como recurso o estrategia social y política. El segundo, basándose en el caso de Guatemala, plantea la cuestión de la reproducción de élites confrontadas a un creciente mestizaje biológico, insistiendo sobre el margen de maniobra de esa élite a finales del siglo XVIII, y su capacidad, en función de las circunstancias, para utilizar mecanismos de exclusión o integración, en función de las necesidades del momento.

Enriqueta Vila Villar, la conocida historiadora sevillana (“Fortuna y mentalidad: los grandes comerciantes sevillanos a través de sus testamentos”) se centra sobre la

actuación de los grandes comerciantes sevillanos a través de sus últimas voluntades que los muestran en sus estrategias desarrolladas tanto en España como en América, poniendo así claramente en relación fortuna y mentalidad. Lo ejemplifica con dos casos, Nicolás Antonio y Miguel de Neve, en los que sus fortunas indianas quedaron en gran parte hipotecadas en mayorazgos, capellanías y fundaciones piadosas.

El trabajo de Laura Cristina del Valle (“Rasgo de identidad y discurso identitario: algunas reflexiones sobre la élite capitular de Buenos Aires [1776-1810]”) muestra cómo las tramas familiares pudieron ser el punto de partida de la identidad del sector estudiado, con fuerte participación en el proceso del origen regional (vascos) del principio de la limpieza de sangre y la búsqueda de honores y privilegios.

Estos análisis se prolongan de alguna manera en el estudio siguiente, el de María del Rocío de la Torre Aguilar (“Los comerciantes como parte de la élite local. Redes y negocios en Zacatecas, siglo XVIII”) a través de varios ejemplos de representantes de esa élite local que además de sus actividades comerciales y/o mineras sabía utilizar los cargos públicos y las relaciones familiares, en un imbricado manejo de la minería, del abastecimiento local y de los diferentes componentes del mercado urbano.

En fin, en el último estudio, el de Gabriela Vallejo Cervantes (“Ana de Zayas, de Puebla de los Ángeles. Los escorzos de una falsa beata”) se ve cómo funcionaba la lucha por participar en este espacio público y cómo actuaba la élite intelectual que dista de confundirse con lo que la autora llama la élite natural, poniendo de relieve los distintos niveles de producción identitaria en el juego dinámico del reconocimiento social.

Con esos seis estudios de países, épocas y temas variados, este volumen ofrece

un abanico interesante de casos, así como de métodos interpretativos, sobre uno de los grandes ejes de reflexión de la historia social latinoamericana colonial de las dos últimas décadas.

Bernard Lavallé

Renée de la Torre/Marta Eugenia García Ugarte/Juan Manuel Ramírez Sáiz (eds.): *Los rostros del conservadurismo mexicano*. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social 2005. 473 páginas.

La llegada al poder de Vicente Fox en el año 2000 significó un cambio fundamental en la historia política mexicana. Por setenta años los presidentes mexicanos eran del PRI y habían sido designados por la dirigencia del Partido Revolucionario Institucional. Como Vicente Fox y su Partido de Acción Nacional tenían una agenda mucho más derechista que el PRI, el cambio de poder ha producido un nuevo y mayor interés en la historia y el presente del conservadurismo mexicano. Mientras que por mucho tiempo el conservadurismo fue un “tabú” (Will Fowler), ahora es un tema cada vez más estudiado. Dentro de esta corriente, el libro compilado por Renée de la Torre, Marta Eugenia García Ugarte y Juan Manuel Ramírez Sáiz es uno de los más ambiciosos porque intenta describir el conservadurismo desde los comienzos del siglo XIX hasta la actualidad.

El libro reúne 18 ensayos más una introducción y unas reflexiones finales. Empieza con un artículo sobre las tres décadas entre 1810 y 1840. Marta Eugenia García Ugarte analiza el pensamiento y el actuar del obispado mexicano frente al surgimiento y la consolidación del Estado nacional mexicano. Según ella, el tér-

mino conservadurismo no es el más adecuado para describir a los obispos porque intentaron más que nada mantener la independencia de la Iglesia. Una segunda contribución analiza el conservadurismo durante la Reforma y una vez más la religión juega un rol fundamental. Dos artículos más se dedican al siglo XIX, uno trata de los conservadores durante el imperio de Maximiliano, otro de los conservadores durante el Porfiriato. Dos textos más están dedicados al siglo XX. Uno analiza el Partido Católico durante la Revolución y el otro, campañas conservadoras en los años cuarenta y sesenta.

Los ensayos sobre el conservadurismo actual, no se interesan tanto por los partidos políticos y el poder político sino más bien por las campañas católicas y/o conservadoras respecto a temas como el aborto, la homosexualidad, la prostitución, la familia, etc. El conservadurismo parece ser una posición moral vinculada estrechamente a la Iglesia católica. No queda muy claro si el gobierno del PAN representa un cambio conservador, si el PAN es un partido conservador o si el conservadurismo mexicano es más bien un discurso moral.

En las reflexiones finales se concluye que “la mayoría de los autores del libro coinciden en que la defensa del orden y del papel tradicional de la Iglesia en la sociedad se han identificado como los elementos definitorios del conservadurismo” (p. 458). Sin embargo, se recalca que dentro de la Iglesia existen varias corrientes políticas por lo cual Iglesia y conservadurismo nunca han sido una unidad homogénea. Los autores están de acuerdo que no existe una “teoría general del conservadurismo” y que su identidad es “relacional”, es decir, nace como reacción a otros fenómenos (p. 460). De ahí, en las reflexiones finales se habla de “una diversidad de conservadores y conservadurismos” (p.

460). Lo que une los diferentes conservadurismos es su idealización del pasado, la defensa de valores eternos y la descripción de los cambios como algo traído del extranjero (p. 463).

En resumen, el libro ofrece un gran número de interpretaciones del conservadurismo mexicano. No se presenta una teoría o un cuadro general del conservadurismo mexicano. Tal como reza el título se trata de muchos rostros del conservadurismo y no es fácil identificar lo que tienen en común los diferentes rostros. A pesar de la heterogeneidad de los enfoques, cada uno es un aporte para el estudio de un tema que por mucho tiempo se ha descuidado en la historiografía y las ciencias políticas mexicanas.

Ulrich Mücke

Peter Guardino: *The Time of Liberty: Popular Political Culture in Oaxaca, 1750-1850*. Durham/London: Duke University Press 2005. 405 páginas.

The concept of subaltern studies has spurred historical research on Latin America during the last years. This book is one of the best examples in the field I have read so far. Guardino is interested in the problem of how subalterns, i.e. urban plebeians as well as indigenous peasants, reacted to the changes the elite set in motion from the end of the colonial era until the middle of the nineteenth century. During this period the political system changed drastically: the first modification occurred under colonial rule with the intendency reform as the major Bourbon project, the second was far more profound with Spanish liberals introducing the principles of public sovereignty and equal rights for citizens (defined as male and not

of African ancestry) and civil war in New Spain, followed by civil war and the break away of the colony from Spain and the establishment of the Mexican Republic. Because state formation after Independence was a hotly disputed process, the instituted federal system did not last very long and was overturned in favor of centralism. Guardino approaches the question of how these political events influenced the lives of ordinary people comparing the urban plebeians of Antequera, capital of Oaxaca and the only major Spanish settlement in the province, and the indigenous peasants of Villa Alta, a remote district in the north eastern part of Oaxaca. Even though both groups did not promote the changes they nevertheless not only had to cope with them but also seized the opportunities offered by new laws and procedures to meet their own ends. Due to the different situations in the archives, the author can show the impact of these changes far better for the rural district of Villa Alta than for Antequera.

Political culture in the eighteenth century in both, city and countryside, shared some characteristics. Religion and patriarchy played important roles in everyday lives of Oaxaqueños. Political authority derived from proximity to the king. A difference existed in the communal institutions. While only members of the elite held positions in the *cabildo* of Antequera the cargo system in the *repúblicas* of Villa Alta obliged all male inhabitants to community service. Nevertheless, the cargo system was far from egalitarian. Even though the Bourbons intended to implement a new "authoritarianism", Guardino comes to the conclusion that they ultimately failed to do so because they considered the increase of royal revenues more important than the long-term goals in changing the political system. In addition, the Bourbon reforms had a limited

impact on the everyday political life because the rulers did not consider the lower social groups as possible contributors to change.

Beginning with the monarchical crisis in 1808 dramatic changes took place in the following years until Independence. The liberal constitution of Cádiz had the most important impact. Judging from the outcome of elections in Antequera urban plebeians for the first time could participate in these political procedures and did seize the opportunity. This involvement of larger parts of the urban population in politics lasted until after Independence. But politics became violent in 1828. A massacre occurring during the electoral process established a watershed because elections no longer seemed viable to gain political power. Guardino discusses urban politics at length and can rectify earlier assumptions especially on the political parties. While the *vinagres* did not act against religion and the church as Mexican Liberals would later do, the conservative *aceites* did not opt for centralism in the 1820s but favored federalism. The discussion of urban politics is in large part a discussion of these emerging political groups and the main persons, in their majority members of prominent families in the city, plebeian participation in politics remains pretty obscure. Acknowledging this, Guardino comes to the conclusion that the urban masses were far less able than the rural indigenous population to use political changes to meet their own goals.

The best parts of the book are those on Villa Alta. Guardino convincingly analyzes the political culture in the indigenous communities of the district and aptly shows the changes taking place from the eighteenth until the middle of the nineteenth century. While today anthropologists describe the cargo system as egalitarian it has not been so for a long time. In

the colonial era members of the community claimed noble status in order to gain the privilege of entering the communal service ladder at a higher position. When egalitarian discourse and electoral politics became important since 1808 these were used by part of the community to challenge the cargo system. In addition, after Independence, a new form of leadership, *caciquismo*, arose due to outside interference.

Guardino discusses a number of interpretations of political culture in early Mexico. Contrary to older assumptions he shows that electoral politics under the Constitution of 1812 and after Independence were no farce but gave larger parts of the population a possibility to participate. Apparently, urban plebeians could use these new procedures to a lesser extent to influence their world than the rural population living in indigenous communities. One reason lay in the willingness of politicians at the state level, to compromise with the indigenous population. In exchange for their important tax contributions to state revenue autonomy was given to their communities. Another reason lay in the aptness of indigenous actors to use new laws and procedures to further their political interests in the communities. Guardino's book is written in a beautiful prose without jargon and should find a wide readership among students and scholars.

Silke Hensel

Anika Oettler: *Erinnerungsarbeit und Vergangenheitspolitik in Guatemala*. Frankfurt/M.: Vervuert 2004. 364 páginas.

“The truth business, in short, is booming”, escribió John D. Tepperman en

Foreign Affairs hace media década. El *boom* se ha mantenido; comisiones de verdad siguen haciendo carrera como instrumento de la “justicia transicional” alrededor del mundo. Modelos, “*lessons learned*” de comisiones anteriores y conocimientos sobre las prácticas de la represión como sobre los métodos de esclarecer, documentar y explicarlas, circulan a través de redes globales; son transferidos, puestos a la disposición e implementados por una creciente comunidad de expertos cosmopolitas.

Alrededor de treinta comisiones de verdad han sido constituidas en cuatro continentes, hasta la actualidad. Frente a este desarrollo, la discusión científica sobre las comisiones de verdad se ha caracterizado también por algunas deficiencias, entre ellas: un alto grado de penetración mutua de las posiciones de “*scholars*” y “*practitioners*” (lo cual ha reducido la distancia analítica, en muchos casos de manera sensible); un predominio de perspectivas orientadas desde la jurisprudencia y los estudios de transición, causa de que cuestiones importantes permanezcan poco estudiadas aún hoy (los efectos de las comisiones de verdad sobre las memorias colectivas y la construcción de identidades en el proceso de un nuevo *nation-building* después de dictaduras o guerras civiles, o el papel de estos organismos como instancias de la producción historiográfica, por ejemplo); una todavía notable concentración de los estudios en unas pocas comisiones, más que nada, obviamente, en la *Truth and Reconciliation Commission* sudafricana, pero también en las comisiones que fueron instaladas al terminar las dictaduras militares en Argentina y Chile.

Ante tal estado de cosas, el libro de la socióloga Anika Oettler, basado en una tesis de doctorado entregada en la Universidad de Hannover, Alemania, contribuye

a la ampliación de la discusión en diferentes sentidos. El estudio se dedica a la constitución, labor y efectos de los dos proyectos más importantes de esclarecimiento histórico en Guatemala al terminar una guerra civil de tres décadas y media que dejó un saldo de alrededor de 200.000 muertos, un legado horrible de crímenes contra la humanidad y que agravó las contradicciones en una sociedad históricamente caracterizada por sus polarizaciones: el proyecto Recuperación de la Memoria Histórica (REMHI, que inició sus actividades en octubre de 1994 y presentó su informe *Guatemala. Nunca más* en abril de 1998) y la Comisión para el Esclarecimiento Histórico (CEH, que llevó a cabo su labor entre abril de 1997 y febrero de 1999, cuando presentó su informe final *Memoria del silencio*).

Las comisiones de verdad son productos de transiciones políticas durante las cuales las sociedades luchan por encontrar formas de enfrentar la herencia de violaciones de los derechos humanos cometidas bajo regímenes reemplazados, o en conflictos internos superados. Por tanto, las comisiones han nacido, más que nada, como compromisos políticos y morales de relaciones de fuerzas que imposibilitaron la persecución penal de los presuntos autores de los delitos a causa del poder político-militar que los representantes del viejo orden todavía podían ejercer. Fue el caso también de Guatemala, donde la constitución de la CEH se concertó como parte de los acuerdos de paz –acompañados por la ONU– que pusieron fin al enfrentamiento armado. Sobre los antecedentes y las negociaciones que llevaron al establecimiento de la CEH y de su mandato restringido informa el libro en dos capítulos (caps. 3 y 4). El interés de Oettler, que ofrece una breve introducción general al instrumento de las comisiones de verdad (cap. 2), sin embargo, no se cen-

tra en la cuestión –todavía preponderante en las discusiones sobre las comisiones de verdad– de las relaciones entre la reconstrucción de violaciones sistemáticas de los derechos humanos mediante una comisión de esclarecimiento y el objetivo medular de una política hacia el pasado de proporcionar justicia.

El estudio se preocupa, en lugar de esto, más por las formas en que los dos proyectos de esclarecimiento histórico contribuyeron a la construcción de memorias colectivas sobre el pasado traumático en Guatemala. Si se retoma, como lo hace la autora, la distinción influyente del egipólogo alemán Jan Assmann, se puede decir que comisiones de verdad operan en las zonas de transición entre la memoria “comunicativa”, sostenida en la comunicación cotidiana oral (y atada a un contexto generacional) y la memoria “cultural”, la externalización y materialización de la memoria en las instituciones de la mnemotécnica social. Oettler enfoca, por ende, sobre todo las entrevistas de testigos como base central de información de las comisiones de verdad (las comisiones guatemaltecas casi no tuvieron acceso a documentos estatales); muestra los procedimientos del esclarecimiento institucional de la “verdad” sobre los crímenes perpetrados en la guerra civil (cap. 5) y expone la estructura y las declaraciones más relevantes de los dos informes que “materializaron” las informaciones reunidas en representaciones autoritativas del pasado (cap. 6).

El libro no presenta una comparación sistemática en su trato paralelo de las dos comisiones –la CEH como comisión “oficial” fue apoyada por la ONU y reconocida tanto por el gobierno guatemalteco como por la ex oposición armada coalicionada en la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG); REMHI fue el proyecto de la Oficina de Derechos

Humanos del Arzobispado de Guatemala–. Sin embargo, en la confrontación de las experiencias Oettler logra poner de relieve varias diferencias fundamentales entre las dos iniciativas respecto a su papel en las políticas hacia el pasado. Mientras la CEH aspiraba a proporcionar con *Memoria del silencio* una narración fundacional para el nuevo *nation-building* en Guatemala después de la “gran catástrofe” (Greg Grandin) de la guerra civil, la intención principal de REMHI tendía a la creación de espacios de comunicación descentralizados que permitían una recuperación de la memoria de los eventos traumáticos particularmente a nivel de las familias o de las comunidades. El proyecto de la Iglesia católica, que se entendía como alternativa y complemento a la CEH, puso énfasis, bajo una perspectiva psicológica, en las experiencias de la violencia masiva y en las consecuencias individuales y sociales del terror sufrido, y realizó su trabajo de memoria con un marcado enfoque terapéutico. La meta principal de la CEH, por su parte, era la documentación de los actos violentos y de las violaciones de los derechos humanos como ofrecer “elementos objetivos de juicio sobre lo acontecido durante este período” (según el mandato), es decir una explicación histórica de la violencia política, para dar a conocer (también mediante cómputos estadísticos) una visión de conjunto de los crímenes y de las responsabilidades con el fin de sentar la base de un reconocimiento general y oficial de lo sucedido.

Según una caracterización notoria de Timothy Garton Ash, las comisiones de verdad representan “lecciones de historia estatales, públicas” en épocas de transición. Oettler toma esta calificación primero al pie de la letra y ofrece una descripción detallada e instructiva de los respectivos actos en los cuales se presen-

taron los informes de las comisiones al público. Relativamente corta queda en cambio la parte del mismo capítulo dedicada a los efectos inmediatos de la publicación de *Memoria del silencio* (cap. 7). En sus inicios se describen luego los largos procesos de la difusión de los contenidos de *Memoria del silencio*, de la divulgación de *Guatemala. Nunca más* por REMHI, en su cuarta fase en las diferentes diócesis del país, y de la lucha de la “sociedad civil organizada” por la realización de las recomendaciones presentadas por la CEH (cap. 8). Un balance de la labor de memoria llevada a cabo por las dos comisiones propone, finalmente, el último capítulo (cap. 9), el cual evalúa su capacidad de contribuir a la reconciliación en la sociedad guatemalteca.

Erinnerungsarbeit und Vergangenheitspolitik in Guatemala ofrece perspectivas instructivas sobre el funcionamiento de las comisiones, sobre sus relaciones con la formación de memorias colectivas sobre el pasado conflictivo o sobre su papel respecto a las posibilidades de una reconciliación en la sociedad. Útil resulta también la descripción de los procesos que llevaron al establecimiento de las dos comisiones. Respecto a ciertos aspectos tratados en el libro se dejan señalar *desiderata* para la investigación futura. Así, sería sumamente interesante examinar más cerca en las zonas de transformación entre la memoria “comunicativa” y la memoria “cultural” los métodos empleados para la generación de los conocimientos históricos que finalmente se presentaron al público como representaciones autoritativas del pasado. Ante las profundas divisiones, no en último término de carácter étnico, que marcan la sociedad guatemalteca, sería tan necesaria como exigente, además, una mayor exploración en los tejidos de las relaciones entre las diferentes comunidades de memoria que

han competido, se han sobrepuesto y se han complementado —la autora señala con razón, que el marco nacional de la memoria colectiva para un gran número de guatemaltecos era mucho menos importante que el de la comunidad o del municipio—.

El libro de Anika Oettler se mueve entre una presentación general de los dos proyectos de esclarecimiento histórico más importantes en Guatemala y el análisis de aspectos particulares de la labor de la CEH y de REMHI. En esta combinación el libro se puede recomendar no sólo a quien se interesa por las políticas hacia el pasado en este país centroamericano, sino también a quien se dedica a esta temática en otros contextos, en América Latina o más allá del subcontinente.

Stephan Scheuzger

Grace Livingstone: *Inside Colombia. Drugs, Democracy and War*. London: Latin America Bureau 2003. 275 páginas.

Doug Stokes: *America's Other War. Terrorizing Colombia*. London/New York: Zed books 2005. 147 páginas.

El texto de la corresponsal de *The Guardian*, Grace Livingstone, es una buena introducción para gente interesada en el conflicto actual de Colombia. En seis capítulos se abarcan los siguientes problemas: la violación de los derechos humanos, la historia del conflicto, las particularidades de la economía, el significado de las drogas en el contexto nacional, el Plan Colombia y las relaciones de Colombia con los Estados Unidos. Cabe señalar que el libro contiene un apéndice con información sobre organizaciones armadas al margen de la ley, las Fuerzas Armadas,

grupos de la sociedad civil, organizaciones no-gubernamentales y contratantes privados del gobierno empeñados en la lucha contra los insurgentes y los productores de drogas. En el capítulo sobre la situación de los derechos humanos se subrayan las crueldades de los grupos paramilitares y de la guerrilla, así como la complicidad de algunas entidades de las Fuerzas Armadas con los paramilitares. Se demuestra que las víctimas del conflicto colombiano son, cada vez, más civiles. En sus comentarios sobre la historia, la autora, enfocándose en la fundación de varios grupos guerrilleros durante los años sesenta, insiste en que estos grupos sí tienen metas políticas, es decir, el superar la pobreza y la participación en el sistema político. En lo que concierne a la economía, Livingstone subraya por un lado la estabilidad macroeconómica y el rol del petróleo para los ingresos estatales así como para las empresas multinacionales. Por otro lado, hace énfasis en la tremenda desigualdad en cuanto al ingreso. La pobreza y la falta de empleo son, según la autora, también las razones de la producción de coca en el Putumayo y en otras regiones del país. Además, son la fuente de ingresos de todos los actores armados. Mientras se hace muy poca referencia en el proceso de paz iniciado por el presidente Andrés Pastrana, se dedica un capítulo entero al Plan Colombia. Este proyecto, diseñado por los EE. UU., produjo en Colombia una creciente militarización de la lucha contra la droga y un gran daño ecológico. Con el Plan Colombia los EE. UU. adoptaron el liderazgo en la lucha antiguerrillera. El libro de Livingstone termina con dos apartados sobre “George Bush and September 11th” y “Countdown to war”. Se citan a Colin Powell y Andrés Pastrana quienes, el 23 de septiembre de 2001 y el 20 de febrero de 2002, calificaron a los guerrilleros como terroristas.

Este cambio de percibir el conflicto colombiano es el tema de la monografía de Doug Stokes, lector en políticas internacionales de la Universidad de Wales. El título “America’s Other War” alude a la guerra contra el terrorismo iniciada por la administración Bush después del 11 de septiembre de 2001. Después de un capítulo sobre los objetivos de la política de los EE. UU. en América Latina durante la Guerra Fría y otro relatando la etapa pos-Guerra Fría le sigue otro sobre “Installing state terror in Colombia”. Constata Stokes: “[...] US military aid and training openly advocated the use of terrorism and violence as a legitimate part of the overall CI [counter insurgency] effort” (p. 66). El autor subraya que, una vez consumada la Guerra Fría, la estrategia anticomunista y antisubversiva de los EE. UU. en América Latina fue transformada en una estrategia antinarcótica y antiterrorista. No obstante, mientras el contexto y el discurso cambiaron, los actores en la mira de los EE. UU. considerados como causantes del “problema colombiano”, siguieron siendo los mismos: los guerrilleros y parte de la sociedad civil “that threaten US economic and strategic interests both in Colombia and in South America more broadly” (p. 84). El autor da mucha evidencia al hecho de que, después del 11 de septiembre de 2001, el discurso oficial de EE. UU. se acomodó muy rápido a las nuevas realidades de la guerra global contra el terrorismo. Asimismo se dejó la “diferenciación ficticia” entre operaciones antinarcóticas y contrainsurgentes (pp. 105 s.). Por otra parte la actuación de los EE. UU. frente a los grupos paramilitares es la de tolerar a estos grupos armados. Al igual que el texto de Livingstone este libro no brinda nueva información sobre el conflicto colombiano. No obstante, es de recomendar como introducción para estudiantes interesados en las relaciones de EE. UU.

con América Latina aunque se limita —con muy pocas excepciones— a textos y fuentes publicados en inglés.

Thomas Fischer

H. Michael Tarver/Julia C. Frederick: *The History of Venezuela*. Westport/Connecticut: Greenwood Press 2005. 189 páginas.

The book is part of the “Greenwood Histories of the Modern Nations” that already includes many other books on nations from around the world. The editors Frank W. Thackeray and John E. Findling from Indiana University Southeast intend to provide students and interested laypeople with “up-to-date, concise, and analytical histories of many of the nations of the contemporary world”. The series focuses on the history of political institutions and leadership. Tarver and Frederick also include a rough timeline of historical events in Venezuela, a list of notable people and a short bibliographical essay that substitutes not only bibliography but also footnotes. Unfortunately, the authors recommend almost only English books for further reading.

The authors start with a short overview of the country’s geography, population development, economy, and cultural heritage such as architecture, literary tradition, fine arts, and music. During the following eleven chapters the authors try to catch main facts and conditions from pre-hispanic history to today changes under the rule of Hugo Chávez Frías. Descriptions on indigenous and later on colonial history remain cursory and reduced to keywords. Tarver and Frederick focus on the arrival of the Spaniards, colonisation process and colonial administration. Little

is said about the colonial society. Chapters four and five cover the independence wars and the age of *caudillismo*. Simón Bolívar evolves as the main protagonist. Apart from his actions and the movements of his allies, antagonists, and successors little more is said about Venezuela at that time. The authors continue chronologically, and later point out to the important historical period between 1935 and 1958. After a chapter on the “Return of Democracy” they continue with the “Boom and Bust” period from 1974 to 1988. Again, explanations on the policy of political leaders and developments of the main industries make up most of the text. A special section is dedicated to problems of corruption. In the last two chapters the economical and political crises, social unrests and attempted *coups d’état* since 1989 are described. The book ends with an overview on the turbulent beginnings of Chávez presidency.

Dominating is a narrative of historical events and institutional developments in politics, war and economics. Only little or even nothing can be read about social and cultural groups and developments, minorities, elites, racial discrimination, slaves and the plantation economy, about transnational connections and exchanges, or debates on memory and identity. The authors neglect the broad spectrum of historical questions and perspectives that are usually discussed today. Therefore, the book turns out to be a dry compilation of widely known facts and names, and barely motivates young readers to take the plunge to the rich diversity of Venezuelan history.

Franka Bindernagel

H. Michael Tarver (ed.): *The Rise and Fall of Venezuelan President Carlos Andrés Pérez. An Historical Examination*. Vol. II. *The Later Years 1973-2004*. Lewiston/New York: Edwin Mellen Press 2005. 156 páginas.

El tomo trata los años 1973 a 2004 de la actuación pública del dos veces presidente de Venezuela conocido en el país como CAP. En la primera frase de la introducción se hace hincapié en el hecho de que la corrupción llegó durante su mandato a un nivel sin precedentes. Al mismo tiempo se intenta dar una imagen balanceada del actuar de una persona que fue el primer presidente de Venezuela removido en 1993 de su puesto por un *impeachment*.

En la breve introducción se hace referencia a su primer gobierno. CAP provenía del partido Acción Democrática, sin embargo, su actuación estuvo marcada por un voluntarismo el cual lo transformó en un populista moderno. El libro está organizado en cinco capítulos escritos por diferentes autores.

Su primer gobierno, de 1974 a 1979, abarca los años de la bonanza petrolera, lo que llama poderosamente la atención debido a las similitudes con la actual situación en Venezuela. Basándose en los petro-dólares, CAP nacionaliza el petróleo y los hidrocarburos en 1975-1976, crea una administración descentralizada, fomenta un nacionalismo económico que forma la base de un capitalismo de Estado, gobierna con decretos (decretocracia), inicia una política exterior activa con un acercamiento a Cuba y promueve el Sistema Económico de Latinoamérica (SELA).

El presidente Pérez jugó un rol importante en la Internacional Socialista, la cual, en 1976, inicia un acercamiento a América Latina y los países del llamado Tercer Mundo con la “Conferencia de Caracas”, donde participaron Willy Brandt y

otros líderes destacados de la organización. El interés tercermundista de CAP correspondía también a ambiciones políticas. Pérez aumentó considerablemente la presencia de Venezuela en la política internacional, aunque la cantidad de sus viajes no llegó a la cifra del actual presidente Chávez.

CAP fue el primer presidente reelecto en la Venezuela democrática. El segundo capítulo “The Political Dangers of Neoliberalism 1988-1993” demuestra que su segunda administración se da bajo condiciones completamente distintas. Poco después de una faraónica fiesta al comienzo del nuevo gobierno, el descontento popular explotó en 1989 en el llamado Caracazo, un levantamiento de una parte de la población en la capital y otras ciudades después de una drástica subida de los precios del transporte. En febrero de 1992, el entonces teniente coronel Hugo Chávez, líder de los Bolivarianos, intenta un golpe de Estado contra el presidente electo, el cual fracasa “por ahora”, como dijo el mismo Chávez en aquel momento en la televisión. El Pacto para la Reforma del Estado no fue exitoso, Pérez tuvo que abandonar el puesto prematuramente en 1993.

El tercer capítulo analiza los casos de corrupción, siendo el sobreprecio de 8 millones de dólares pagado por el barco de refrigeración noruego *Sierra Nevada* el más espectacular. Hay que señalar que la crítica a Pérez y su “democracia con energía” fue formulada también desde una parte del propio partido Acción Democrática, es decir del ala betancourista (seguidores del ex presidente Rómulo Betancourt).

En sus dos administraciones CAP demostró un estilo político personalista y de poco asesoramiento, durante su primer gobierno anunció la “Gran Venezuela” y en el segundo el “Gran viraje”. Los dos intentos no fueron demasiado exitosos.

Sin embargo, el primer gobierno dejó una imagen de abundancia que facilitó la vuelta de CAP al gobierno en 1989 con la cual se acelera el declive de la democracia representativa en Venezuela.

El libro contiene artículos interesantes y bien documentados. No resulta una desventaja que sean en total cuatro autores los que trabajan el tema. Una bibliografía, un índice y una tabla cronológica completan el estudio.

Nikolaus Werz

Silvia Kroyer: *Deutsche Vermögen in Argentinien 1945-1965. Ein Beitrag über deutsche Direktinvestitionen im Ausland.* Frankfurt/M.: Vervuert (Berliner Lateinamerika-Forschungen, 15) 2005. 314 páginas.

Silvia Kroyer describe en este estudio –la publicación de su tesis de doctorado presentada en el año 2002 en la Universidad Libre de Berlín– la problemática de bienes alemanes en Argentina, su confiscación durante la Segunda Guerra Mundial y las negociaciones sobre su devolución hasta el año 1965. Se dedicó a este tema con un gran esfuerzo, como indican el extenso trabajo en los archivos de Argentina y el análisis de las fuentes. Las múltiples tablas y estadísticas de las actividades de las empresas alemanas son una manifestación de este empeño.

Después de una introducción un poco limitada (sólo 5? páginas) la autora presenta en el capítulo 2 una breve síntesis de las inversiones alemanas en Argentina hasta el año 1945. Dado que Argentina permaneció en una posición neutral durante la Primera Guerra Mundial, los bienes alemanes no fueron afectados. Las empresas alemanas procedían principalmente de

la industria eléctrica, química, farmacéutica y textil, del sector de ingeniería, construcción y financiero. Con la creciente presión de los EE. UU., en el año 1945 Argentina abandonó su posición neutral durante la Segunda Guerra Mundial y declaró el estado de guerra contra Alemania. Como consecuencia de esta declaración, el Estado argentino registró y confiscó los bienes alemanes (cap. 3). La autora parte las negociaciones de devolución entre Argentina y Alemania (el estudio se centra solamente en la República Federal de Alemania) después de la guerra en dos fases. En la etapa primera (cap. 4), bajo Perón, hasta 1955, en el lado argentino dominaban motivos políticos. Con una mejor relación y cooperación con la República Federal, el gobierno argentino quería diversificar sus relaciones exteriores y crear un contrapeso a los EE. UU. (p. 109). Por eso en el año 1953 el gobierno argentino aprobó en decretos la devolución parcial de patentes y marcas. La autora interpreta estas acciones principalmente como “una maniobra política que debería calmar los ánimos alemanes” (p. 122).

Con la caída de Perón en 1955 las negociaciones también se pararon hasta el año siguiente. Con el cambio de la política económica argentina y la apertura a los inversionistas extranjeros las negociaciones también se reanudaron. Así, los decretos de devolución fueron firmados en 1957, pero el proceso de la devolución a través de subastas se retrasó hasta el año 1965 (cap. 5). En el capítulo 6 la autora describe este proceso de confiscación y devolución para las empresas AEG y Schering aunque los capítulos anteriores analizan la situación de todos los sectores y empresas sistemáticamente. Desgraciadamente la autora no declara explícitamente por qué eligió ambas empresas en este capítulo. El capítulo 7 enfoca las inversiones alemanas después del año 1945

y muestra que el problema no resuelto de los bienes pesaba sobre las nuevas inversiones alemanas en Argentina. Éstas bajaron y tuvieron lugar en otros sectores, por ejemplo en el sector automotriz. Sobre todo el Brasil absorbió más y más inversiones alemanas en esa época y se transformó en el país preferido para los inversionistas alemanes (de la República Federal) en Sudamérica, mientras Argentina perdió más y más terreno. El capítulo final (cap. 8) reúne los resultados más importantes brevemente en 47 páginas.

En todo el estudio la autora habla de bienes, negociaciones, etc. 'alemanes' pero siempre se limita a las inversiones y acciones de la República Federal de Alemania. Desgraciadamente en ninguna parte el libro menciona la posición de la República Democrática Alemana. Pero sería muy interesante saber cómo el gobierno del otro Estado alemán se portó en el asunto de la confiscación de las inversiones alemanas, si la RDA renunció a devoluciones o indemnizaciones desde el principio y cómo trató este asunto en general. Lamentablemente el estudio no habla en ninguna parte sobre este aspecto. Una limitación a las actividades de la República Federal parece —en cuanto a la cantidad de trabajo— útil, pero en este caso habría que mencionar esta limitación al principio del estudio. Lamentablemente tampoco se puede encontrar una nota sobre esta limitación.

Aunque se trata de un estudio muy detallado, en algunas partes se podría desear una contextualización del tema más amplia, por ejemplo cómo los otros países latinoamericanos trataban el problema de los bienes alemanes. La autora menciona algunas veces el Brasil y lo presenta como el país que resolvió el problema de los bienes más favorablemente —y creó así las bases de las inversiones en el futuro; en este caso sería muy útil una presentación más detallada de esta problemática en

Brasil— tal vez como un capítulo de comparación al final del libro.

A pesar de estas advertencias queda la impresión general de un estudio muy detallado sobre la confiscación de los bienes alemanes y su devolución en Argentina desarrollado con gran empeño por parte de Silvia Kroyer.

Michael Wagner

Celso Castro/Vitor Izecksohn/Hendrik Kraay: *Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro: FGV Ed Editora 2004. 459 páginas.*

Two Brazilian historians and an anthropologist are the editors of this impressive work on the history of the Brazilian military since the advent of the Portuguese in Latin America. Authors draw on some unpublished and rarely used archive sources.

This volume's contribution spans four centuries starting with a chapter on technology and military strategies in Portuguese America (1550-1700) by Pedro Puntoni, including experiences of selected states such as Minas Gerais (Christiane Figueiredo Pagando de Mello), Pará (Shirley Maria Silva Nogueira) and Bahia (Hendrik Kraay). Among various interesting topics which are addressed are the treatment of deserters (in Pará, Nogueira), recruitment policies in the 18th and 19th centuries (Fábio Faria Mendes), occupation of Paraguay (Francisco Fernando Monteoliva Doratioto), Portuguese military tradition among the generals in the 19th century (Adriana Barreto de Souza), revolts against the republic (Celso Castro), the Brazilian Expeditionary Force in Italy (Cesar Campiani Maximiano; Francisco César Alves Ferraz).

Contemporary history takes only a minor place with three contributions, one on what the author calls the professionalisation of extralegal violence post-1964, by Shawn C. Smallman, the role of Judicial power and military rule 1964-69 (Renato Lemos) and the role of women and homosexuals in the Armed Forces (Maria Celina d'Araujo).

There is no concluding chapter of the book. The interesting topics addressed in the volume are too wide-flung to be presented here in any detail. But there is a clear message in various contributions of considerable internal divisions within the Brazilian armed forces about their role in politics and society, their stance towards modernity and progress, as well as tensions between more nationalist and international positions adopted in national political life (especially during and after World War II). The scope, depth and repercussions of these fissures – usually hidden in official publications – have only be discovered through meticulous, painstaking research to which this book is a testament (Castro, Alves Ferraz, Smallman, Lemos).

The volume addresses various important topics. There are other interesting issues which might be included in future studies. In my view, there are at least three obvious candidates, the impact of foreign military models on the military, the politics in the Amazon and the repercussions of military thinking on the formulation of foreign policy.

Wolfgang S. Heinz

Patrick Wilcken: *Empire Adrift: The Portuguese Court in Rio de Janeiro 1808-1821*. London: Bloomsbury 2005. 320 páginas.

The transfer of the Portuguese Royal family to Brazil in November 1807, provoked by the Napoleonic invasion of Portugal was an unprecedented event in the history of European colonial empires. Even more unusual – and for contemporary European observers quite exotic – was the fact that the Bragança dynasty headed by Dom João VI perpetuated its stay in Rio de Janeiro until much after Napoleon's abdication, forced to return only under the pressure of revolutionary events back in Lisbon. The prolonged Portuguese exile has already attracted considerable interest from historians. Patrick Wilcken, a journalist for the British newspaper *Guardian*, dedicates his first book to this period.

Wilcken's main thesis is that the initial Portuguese idea of achieving an imperial renewal from Brazil was deemed to fail from the start, because of the outdated political conceptions it was based upon. The careful reproduction of Portuguese institutions (including antiquated court rituals like the *beixa-mano*) in Brazil refused to acknowledge the rapid winds of revolutionary change that swept both sides of the Atlantic. For the author, the relative isolation of the Court at Rio from the European wars and events further intensified the disconnection of the Portuguese leadership from reality. In spite of providing a notable boost of prestige and prosperity to the city of Rio itself, the Court also remained mostly ignorant of the enormous country where it had taken residence. Its search for tranquillity paired with lack of political imagination worked against the consolidation of monarchical control. "There had been no new beginning, but an extended pause – a moment of delusion in an era of protracted

imperial decline” (p. 245). In the end, according to Wilken, the real winner of the move to Rio de Janeiro was Great Britain, which held Brazil in stranglehold and forced the Court to accept trade terms heavily tilted in British favour.

This rather pessimistic view of the Court’s stay in Brazil contrasts with some of Wilken’s own insights, e.g. that King João VI. was one of the few European monarchs to come out of the Napoleonic wars relatively unscathed (p. 257). It also runs against the perception that Brazil was actually stabilized and held together by the Portuguese Court’s presence in Rio during these turbulent times (Schneider 1991¹, p. 34). Other outcomes, along the lines of the Hispano-American revolutions which fractured Spain’s colonial Empire, would have been perfectly possible (Barman 1988²). Without the Court having come to Brazil, the whole development which led to the establishment of the Western Hemisphere’s only successful monarchy under the Bragança dynasty would not have come to pass. The author’s portrayal of Dom João as a hesitating and weak ruler, who nevertheless had an absolutist view of his powers strikes this reviewer as one-sided. The court not only also appointed noted liberals to high government positions, but more importantly, Dom João’s hesitant style of leadership was probably the most adequate one given the precarious situation of his domains (Macauley 1986³, p. 7). It is furthermore

questionable whether Brazil became part of Britain’s “informal Empire”, since the country diversified its trade also with other nations, especially after the end of the Napoleonic Wars.

Wilken’s account is based mostly on secondary sources, but also relies on some manuscripts, especially Foreign Office reports, which he tends to quote too uncritically. The book concentrates on the politics and personalities at the Court, relying on diplomatic dispatches, letters from expatriates and local chronicles. In general, the narrative remains focussed on the Portuguese side of the story, with considerable attention devoted to British views. The hatred of many Portuguese courtiers and Queen Carlota herself for their “exile in the tropics” is widely reported, but also the gradual process of adaptation illustrated by one court official who eventually went on to marry a *carioca* and stayed in Rio even after the Court had left the city.

What remains strangely absent from this work are the views of the “colonials”. How did the sudden appearance of thousands of Portuguese aristocrats and officials in its midst affect the dynamics of local society? How did Brazilians react to the imposition of political absolutism in uneasy tandem with economic modernisation? Apart from some general remarks (e.g. on Dom Joao’s popularity with the locals), Wilcken does not tell us much about Rio’s local population in general or “subalterns” like the slaves, craftsmen or workers in particular. They are not afforded treatment as social or political protagonists, and remain curiously sidelined, almost cartoon-like, probably not unlike they must have appeared to the Portuguese overlords and masters themselves. This lack of critical perspective is regrettable and also surprising since several recent works have explored these issues in great

¹ Schneider, Ronald M.: “*Order and Progress*”: *A Political History of Brazil*. Boulder: Westview 1991. xviii + 486 pages.

² Barman, Roderick J.: *Brazil: The Forging of a Nation 1798-1852*. Stanford: Stanford University Press 1988. xii + 334 pages.

³ Macauley, Neill: *Dom Pedro: The Struggle for Liberty in Brazil and Portugal, 1798-1834*. Durham: Duke University Press 1986. xiv + 362 pages.

ter detail (e.g. Malerba 2000⁴, Schultz 2001⁵). Summing up, “Empire Adrift” is well organised and nicely written, but it does not offer many new interpretations. It is not an indispensable addition to the literature.

Alexander P. Springer

Horst Nitschack (ed.): *Brasilien im amerikanischen Kontext. Vom Kaiserreich zur Republik: Kultur, Gesellschaft, Politik*. Frankfurt/M.: TFM (Biblioteca Luso-Brasileira 23) 2005. 303 páginas.

O presente volume reúne 14 contribuições que tentam explicar o caminho do Brasil para a modernidade nas áreas da política, economia e cultura e a posição do país dentro do continente americano. Wolf Paul analisa a genealogia da Constituição da República Brasileira e Wolfgang Heinz, a influência estrangeira sobre o surgimento do pensamento político entre os militares brasileiros.

Gerson Neumann faz uma abordagem da política de imigração brasileira no final do século XIX e demonstra como os governos brasileiros tinham que superar as resistências internas dos grandes fazendeiros contra os benefícios oferecidos aos imigrantes europeus, uma vez que eles preferiam continuar trabalhando com a mão de obra barata dos escravos africanos. O Brasil como destino de imigração

competia com a Argentina e com os Estados Unidos, países para os quais a emigração resultava mais fácil por menores custos de viagem ou por mais atrativos oferecidos. Também Béatrice Ziegler trata deste assunto no seu artigo dando um enfoque diferente e destacando as consequências desta política de imigração e colonização: a criação de uma sociedade segmentada e hierárquica. Existe uma diferença entre o sul do Brasil, onde se conseguiu cedo a criação de uma classe média empreendedora, e os estados do sudeste, sobretudo São Paulo, que recebia os estrangeiros como mão de obra barata para as plantações de café.

Katharina Bosl estabelece uma comparação entre Brasil e Cuba sobre a importância do Cristianismo para a luta contra a escravidão e sublinha a fundamental importância das irmandades dos negros, uma vez que a igreja católica não queria se manifestar oficialmente sobre este assunto.

Martina Neuburger fornece um esboço do desenvolvimento da Amazônia na época do auge da borracha. Para atender à demanda crescente pelo latex, matéria prima de pneus de automóveis a partir de 1890 nos países mais desenvolvidos, a estrutura econômica da região, que, até aquele momento, vivia do extrativismo das chamadas drogas do sertão, muda completamente. Para viabilizar a exportação de milhares de toneladas de borracha foram criadas condições logísticas e políticas que favoreciam os Estados Unidos e o Reino Unido. Porém, com o contrabando ilegal de algumas plantas da *Hevea brasiliensis* para a Inglaterra e a criação de plantações na Malásia e em Ceylão as principais cidades do boom da borracha, Manaus e Belém, entraram no início da segunda década do século vinte em decadência completa.

Susanne Klengel e Horst Nitschack tocam na questão do interesse mútuo pelas

⁴ Malerba, Jurandir: *A Corte no exílio: Civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808 a 1821)*. São Paulo: Companhia das Letras 2000. 412 pages.

⁵ Schultz, Kristen: *Tropisch Versailles: Empire, Monarchy and the Portuguese Royal Court in Rio de Janeiro, 1808-1821*, New York: Routledge 2001. xii + 338 pages.

culturas e literaturas vizinhas e do diálogo intercultural na América Latina do fim século. A professora de Germersheim mostra, mediante alguns textos do diplomata argentino Martín Garcia Merou a nova visão do Brasil divulgada na Argentina naquela época. O diplomata interpreta a sua tarefa como uma tentativa de acabar com o predominante desconhecimento do Brasil por parte dos argentinos e fornecer aos seus compatriotas uma amostra da grande produção intelectual e literária. Horst Nitchack se ocupa dos escritos do historiador literário Sílvio Romero, que situa a literatura brasileira no contexto americano utilizando a idéia de uma “formação luso-americana” que é determinada pelos conceitos de “meio”, “raça” e “correntes estrangeiras”. Romero formula a sua visão da nação brasileira como aquela que é diferente do europeu, africano, asiático ou americano devido a sua mestiçagem e que pode ser uma encarnação perfeita de um cosmopolitismo futuro.

Sabine Schlickers faz uma análise do romance *O cortiço* (1890) de Aluísio Azevedo no contexto latinoamericano quanto às estruturas sociais tradicionais do Brasil rural e chega à conclusão que estas permanecem quase invariáveis mesmo na época da modernidade. Ao contrário de outros romances naturalistas da época, a obra do autor maranhense não glorifica o progresso tecnológico da modernidade, senão mostra o desespero e a estagnação de uma parte da sociedade brasileira que não consegue se beneficiar com as mudanças. Portanto, *O cortiço* carece do típico “discurso psicopatológico” do naturalismo hispano-americano, segundo Schlickers.

Volker Jaeckel

Carlos Thomaz G. Lopes: *Brazil at a Crossroads. An Evaluation of the Economic, Political and Social Situation*. Bern, etc.: Lang 2002. 384 páginas.

Always the land of the future, Brazil has not lived up to its potential and has disappointed many hopes. When the state-guided development model was imposed in the 1930s, the transformation to an industrialized nation came with massive economic distortions and huge inequalities. The 1980s were a lost decade and only in the mid 1990s a new development model was adopted which marked a break with the tradition of state interventionism, debt, and inflation in favor of the pursuit of openness, fiscal restraint and monetary stability. Yet most standard socio-economic indicators ranging from the Human Development Index to the PISA study on educational achievement still put Brazil into the lower ranks, and with regard to the situation fifty years ago, Brazil has been overtaken by several Asian countries in various categories of economic and social performance.

Carlos Thomaz G. Lopes' book "Brazil at a Crossroads" provides a subtle analysis of the chances of Brazil to continue on the path of stability and to achieve better economic and social conditions. In his analysis, the author demonstrates his intimate knowledge of Brazilian politics and culture and shows convincingly what kind of chances lies ahead for the Brazilian economy and what risks the country is facing.

In order to explain Brazil's lagging behind and to discover how this weakness could be overcome, Carlos Lopes applies social systems analysis and focuses on the economic, cultural and political subsystems. As a major element of retardation, Lopes identifies the Brazilian elitist tradition combined with "unabashed rent seeking" (p. 84). The author contrasts the role

of the predominant public sector and the huge privileges that are enjoyed by its members with the lack of market-friendliness (p. 106) on all levels of government. A tradition of state corporatism (p. 156) and the frailty of its civil society (p. 165) are the major factors that explain Brazil's weak economic and social performance. These factors are re-enforced by an "anti-work attitude" (p. 226) and an "anti-success" culture (p. 239) that mixes well with an elitism which favors status, preservation of privileges, and that comes along with legal and bureaucratic formalism and social exclusion.

From this analysis, Lopes develops an agenda for the future of Brazil that includes stability, education, and openness as its main elements. Following the theoretical framework of social systems analysis, Lopes identifies the strengths and weaknesses of Brazil in the various subsystems and provides a table that summarizes his findings (p. 283), contrasting, for example, in the political subsystem the "fully democratic regime" with the "fragility of civil society" and identifying in the economic subsystem the abundance of natural resources and entrepreneurship in contrast with high transaction costs. In the social subsystem the author points to the "unity of race, language, and religion" as a factor of strength in contrast to Brazil's weakness regarding the elimination of poverty, income disparity, and low educational and health standards. Regarding the people, Lopes mentions as points of strengths the characteristic of tolerance and the image of the Brazilian as a "cordial man", and contrasts these positive aspects with paternalism, "familism" and formalism, and the tradition of Brazil as a "low trust society". Regarding the government, Lopes points out that the efforts towards deregulation, privatization and control of inflation require strong efforts

to turn away from the Brazilian tradition of governmental inefficiency, government size, instability, corruption, lack of credibility and the complexity of the legal framework.

As points of critique it is to mention that the theoretical foundation of the analysis is not very profound and one may argue whether the economic and social theories that are referred to in the text are all represented in a correct way. It is also arguable whether "stability" is enough to hold Brazil on the right course. Fiscal and monetary stability are necessary but not sufficient conditions of development. Additionally, a massive shift away from social expenditures and bureaucracy in the public sector is required, along with a re-allocation of funds into the rebuilding of an infrastructure that has fallen into shambles. As of now there are not yet convincing indications to believe that Brazil's political system is already capable to bring about such a turn-around.

As an overall assessment of the book it can be said that "Brazil at a Crossroads" is a solid and well-balanced analysis of Brazil's current situation. Its content is highly relevant not just for the present situation, but will remain so for the years to come. Carlos Lopes approaches his subject in an unbiased way and he is not afraid to highlight the weak points of his country, although his outlook may be overly optimistic. One can only wish that the analysis that Lopes provides would receive sufficient attention in Brazil itself, where straightforward social and economic investigations with a strong dose of common sense are still rare.

Antony Mueller